

TRF-1 afasta prévio requerimento para restituição de tributo

A ausência de prévio requerimento administrativo de restituição de tributo recolhido a mais não configura falta de interesse de agir. Com esse entendimento, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região retomou um processo de um contribuinte contra a Fazenda Nacional e determinou a remessa dos autos ao juízo de origem.

Dollar Photo Club



Dollar Photo Club

Em primeira instância, a petição inicial foi indeferida e o processo foi extinto sem resolução de mérito, devido à falta de prévio requerimento administrativo para concessão da restituição do indébito tributário.

A empresa recorreu, alegando que não seria necessário tal requerimento, já que o contribuinte poderia escolher utilizar a via judicial em vez da via administrativa.

No TRF-1, o desembargador Hércules Fajoses, relator do caso, citou precedente do Superior Tribunal de Justiça pela desnecessidade do prévio requerimento. Assim, a causa não estaria pronta para ser julgada diretamente pelo tribunal. Seu voto foi acompanhado por unanimidade. *Com informações da assessoria de imprensa do TRF-1.*

Clique [aqui](#) para ler o acórdão
1002355-21.2020.4.01.3000

Date Created
12/10/2021